

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

O planejamento financeiro familiar como estratégia de empoderamento de uma comunidade economicamente vulnerável

The family financial planning as an empowering strategy to an economically vulnerable community

RESUMO

O programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território (DIST) é uma experiência do Fundo Socioambiental do Banco Caixa Econômica Federal realizada no território brasileiro, que tem por objetivo promover o desenvolvimento integrado e sustentável do território e dos sujeitos que o compõem. São famílias em situação de vulnerabilidade social, de baixa renda, baixa escolaridade, além do grande número de pessoas com deficiência. Ideologicamente, todo o projeto foi realizado a partir do processo de dialogicidade no âmbito coletivo, participativo e democrático. Durante a implementação da oficina, novos temas emergiram e verificamos a importância de se fazer o aprofundamento e desenvolvimento em finanças de médio e longo prazo. Após a realização da oficina, fizemos uma avaliação com os participantes e, posteriormente, avaliamos algumas possíveis mudanças e transformações na vida da comunidade a partir do projeto. Os resultados apontam para um processo duplo de aprendizado e transformação entre a comunidade e a universidade. A dinâmica da atividade, com participação ativa dos moradores, fez com que o empoderamento gerado pudesse ser replicado tanto em suas famílias, quanto nos grupos sociais dos quais participam. Os moradores não saíram apenas informados, mas tornaram-se formadores.

Palavras-chave: Planejamento Financeiro Familiar. Extensão Universitária. Comunidade vulnerável.

ABSTRACT

The Integrated and Sustainable Territory Development (ISTD) program is an experience from the Socio-Environmental Fund from the bank Caixa Econômica Federal performed in the Brazilian territory which has the objective of promoting the integrated and sustainable development of a territory and the subjects who are

Denilson Carrijo Ferreira

Graduando em Administração na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil (denilson_carrijo@hotmail.com).

Peterson Elizandro Gandolfi

Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil; professor assistente da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais (petersongandolfi@gmail.com).

in it. It's about families in social vulnerability situation, with low income, low education and also a great number of people with disabilities. Ideologically, the whole project was realized from the process of dialogicity in the collective, participative and democratic ambits. During the implementation of the workshop, we made an evaluation with the participants and thereafter, evaluated possible changes and transformations in the community life from the project beginning. The results pointed a double process about learning and transformation between the community and the university. The dynamic of the activity, with active participation from the inhabitants made possible to the generated empowerment to be replicated both in their families and in the social groups in which they participated. Residents not only were informed, but became informers.

Keywords: Family Financial Planning. University Extension. Vulnerable Community

INTRODUÇÃO

O Programa DIST (Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território) é uma experiência do Fundo Socioambiental do Banco Caixa Econômica Federal realizada no território brasileiro que tem por objetivo promover o desenvolvimento integrado e sustentável do território e dos sujeitos que o compõem por meio de uma série de ações nas áreas de governança territorial, gestão ambiental, dinamização econômica e promoção sociocultural, distribuídas em 20 projetos executados pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na Comunidade Shopping Park.

Tal comunidade é caracterizada pela sua expansão com a construção de 3.632 habitações do programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida (MCMV). A população residente nos empreendimentos construídos pelo MCMV do bairro Shopping Park no Município de Uberlândia (interior do Estado de Minas Gerais) está classificada, essencialmente, no grupo de famílias com baixa renda (até 3 salários mínimos) e com conseqüente baixa escolaridade. Em consonância com os critérios de seleção para o programa habitacional, as moradias possuem um grande número de pessoas com deficiência, mulheres como responsáveis pela base do sustento familiar e crianças e

adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A população é assistida por uma estrutura de saneamento e habitação dentro dos parâmetros exigidos pelo programa MCMV à época em que foram construídos os empreendimentos. Isso significa que a estrutura não acompanhou a evolução e o aprimoramento do Programa Habitacional, e a população é carente de equipamentos de serviços essenciais básicos como educação, saúde, mobilidade urbana, gestão ambiental sustentável no território e ações específicas voltadas para a formalização de empreendimentos econômicos locais e criação de oportunidades de emprego e renda, haja vista que os equipamentos sociais, educacionais, culturais, de assistência à saúde são insuficientes para atendimento da demanda gerada pelo programa MCMV. É notório que grande parte da população do bairro Shopping Park tem que se deslocar para outras regiões da cidade para o trabalho e, até mesmo para assistência adequada à saúde e educação.

O Bairro Shopping Park está distante do centro da cidade cerca de 10 km. Esse fato corrobora com um habitual processo de estruturação de conjuntos habitacionais na cidade de Uberlândia e no país. Geralmente se constrói em áreas distantes da região central, devido ao baixo custo de aquisição fundiária, e fornece de maneira mais genérica à totalidade dos contemplados, o acesso básico a água, esgoto e energia elétrica.

É necessário também considerar que a área em questão passou recentemente por um processo de especulação imobiliária, o que tem gerado uma supervalorização da área urbana que circunda o bairro. Se, de um lado, percebe-se essa valorização, do outro é percebida uma pressão simbólica sobre os empreendimentos que começam a ser sufocados por grandes construções imobiliárias voltadas às camadas de padrão aquisitivo mais elevado.

Nesse cenário, a UFU aparece como executora de ações financiadas pela Caixa Econômica Federal com a finalidade de minimizar os problemas do Bairro, atendendo às diversas demandas da comunidade de moradores. Os diversos projetos de extensão oferecidos pela UFU a credenciaram para desenvolver tais atividades, uma vez que os objetivos do Programa DIST-Shopping Park são trabalhados de forma direta ou transversalmente em quase todas as unidades acadêmicas da instituição, que atualmente conta com 32 unidades acadêmicas; 68

curso de graduação; 37 programas de pós-graduação, que oferecem 33 cursos de mestrado acadêmico, 4 cursos de mestrado profissional e 19 cursos de doutorado; e tratam diretamente de políticas públicas e da criação de novas tecnologias que priorizam o desenvolvimento sustentável e integrado do país.

As ações desenvolvidas no Programa DIST compreendem a educação como área universal de intervenção, enquanto campo de construção dialógica das relações e saberes. A possibilidade de prestar serviços à comunidade corrobora com os objetivos da Política de Extensão da UFU, que prevê a participação e execução de tarefas profissionais, fundamentadas em habilidades e conhecimentos de domínio da Universidade e que se transferem ou intercambiam com a sociedade, auxiliando, assim, na formação técnico-científica e cidadã do estudante e garantindo a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a partir de práticas pedagógicas contextualizadas à realidade da sociedade. Nesse sentido, a UFU é valorizada como instituição pública, por assumir seu compromisso político e social frente às comunidades por ela assistidas, inclusive potencializando sua atuação em locais mais carentes e necessitados de políticas públicas eficientes.

Para iniciar a execução das atividades, foram consideradas as especificidades dos sujeitos a serem atendidos. Dessa maneira, as ações propostas dentro dos 20 projetos desenvolvidos foram criadas a partir da realização de um diagnóstico junto à comunidade, que apontou quais as principais demandas e os caminhos a serem seguidos pela UFU. A partir dos dados desse diagnóstico, que contou com 527 visitas entre os dias 11 e 25 de fevereiro de 2016, identificou-se a necessidade de desenvolvimento de ações no âmbito da dinamização econômica dos moradores, com vistas à formação profissional, criação e formalização de empreendimentos, ampliação de canais de mercado e ao acesso a serviços financeiros. Mais especificamente, foram propostas ações de formação de profissionais com o intuito de desenvolver estratégias de fortalecimento da economia local, geração de emprego e renda, além do incentivo ao empreendedorismo, mobilizando e articulando seus moradores para a qualificação profissional e assistência técnica para a criação desses empreendimentos, contribuindo, assim, para a complementação da renda familiar.

Contudo, verificou-se, também, que parte significativa da comunidade

carecia de informações básicas sobre orçamento familiar. Na aplicação do diagnóstico, observou-se que 53,9% dos entrevistados se interessaram pelo tema “Controle de Gastos Pessoais”. Dessa forma, foi proposta a oficina de Planejamento Financeiro Familiar, objetivo central deste artigo, e que foi desenvolvida com o intuito de garantir a sustentabilidade econômico-financeira dos moradores, por meio de ações de planejamento e gestão do orçamento familiar. A oficina foi oferecida no segundo semestre do ano de 2016, em dois dias, ministrada por um bolsista do curso de administração sob supervisão da equipe gestora do Programa e com orientação de um docente do Curso de Administração. Especificamente, pretendemos, aqui, mostrar o processo transformador ocorrido na comunidade e na Universidade.

DESENVOLVIMENTO

A extensão universitária é entendida como um processo acadêmico que visa a troca de saberes e experiências entre a comunidade e a Universidade, com vistas à transformação social, e que propicie a formação integral e cidadã do estudante. A Política Nacional de Extensão é regida por cinco diretrizes, a saber: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social (FORPROEX, 2012).

A oportunidade percebida pela UFU em oferecer ações extensionistas a uma comunidade carente de políticas públicas fez com que o interesse pelo desenvolvimento do Programa DIST fosse imediato, visando à formação de uma consciência reflexiva, para, então, superar as desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população atendida. Somado a isso, a participação em projetos de extensão garante a oportunidade de complementação da formação pessoal e profissional do estudante, permitindo relacionar a teoria do ensino e a prática, interagindo com a sociedade e garantindo uma formação mais geral, ampliada e cidadã. O contato do estudante com a sociedade, colocando em prática aquilo que aprendeu na sala de aula, faz com que ele perceba que a própria sociedade tem muito a oferecer à Universidade, seja enquanto campo de pesquisa seja como detentora de conhecimentos e práticas diferentes ou complementares às desenvolvidas e disseminadas

no meio acadêmico. Ou seja, a prática extensionista garante que a interação dialógica entre comunidade e Universidade seja efetivada, estabelecendo uma permanente troca de saberes.

No caso da área de dinamização econômica do DIST-Shopping-Park, a demanda inicial esperada pela universidade era em relação ao ingresso imediato no mercado de trabalho, com cursos voltados para a formação técnica e profissional a partir de potencialidades vocacionais direcionadas para a geração de trabalho e renda. Além disso, outro viés era o de formação de membros da comunidade do bairro em gestão financeira, gestão de negócios, técnicas de vendas, noções de mercado e planejamento financeiro para a formalização de empreendimentos econômicos. Oficinas foram planejadas e oferecidas no segundo semestre de 2016 nas áreas de controle contábil, fiscal e trabalhista, sistemas de controle de qualidade, fluxos de produção, planos motivacionais, assessoria para comercialização de produtos e serviços, atendimento ao cliente, microcrédito e outras fontes de crédito, e plano de negócios.

O interesse pelas oficinas foi imediato, principalmente por ser de uma comunidade de aguçado espírito empreendedor, em que muitos moradores buscam desenvolver atividades econômicas que visam prover e/ou melhorar o sustento da família. O principal problema evidenciado foi que, por se tratar de uma comunidade vulnerável, com baixos níveis de escolaridade, muitas dificuldades eram percebidas em níveis básicos de aprendizado.

Foi nesse momento que se identificou a necessidade da oficina de Planejamento Financeiro Familiar, com a apresentação de conceitos gerais de orçamento financeiro doméstico, para que os participantes pudessem se organizar financeiramente, controlando suas receitas e despesas pessoais. De acordo com Günther (2008), o planejamento financeiro familiar é uma ferramenta crucial de auxílio à população na garantia do conforto da família. Somente a partir do controle financeiro pessoal é possível o foco no desenvolvimento de empreendimentos formais que tragam folga financeira ao empreendedor e à sua família.

Na proposta da oficina, foi demonstrada a importância de aprender a realizar um planejamento dos gastos familiares, conseguir identificar e diferenciar os desejos das necessidades nas compras, fluxo de dinheiro, controle e direcionamento das finanças da casa.

METODOLOGIA

A operacionalização da oficina começou com a construção do material didático a ser apresentado. Inicialmente, baseado no diagnóstico realizado, identificou-se que o grau de escolaridade da comunidade assistida era baixo, o que motivou o uso de nomenclaturas e procedimentos mais simples, para garantir o entendimento sem perder a qualidade do material. Nesse momento, notou-se que toda a bibliografia disponível era direcionada para grupos de poder aquisitivo e formação educacional formal mais elevados que os da comunidade assistida. A partir dessa dificuldade de encontrar uma bibliografia mais condizente com a realidade do público-alvo, a equipe decidiu basear-se na bibliografia existente e construir uma apostila voltada exclusivamente para esse público. Foram utilizadas também cartilhas de melhores práticas disponibilizadas pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e pela Caixa Econômica Federal.

De acordo com Gitman (1997), os temas necessários para serem abordados no planejamento financeiro vão desde a contextualização histórica da origem do dinheiro, passando pelos conceitos de receitas, despesas fixas e variáveis, noções de inflação e a importância do controle das entradas e saídas em um fluxo de caixa. Para a oficina, foram levantadas ferramentas simples de controle financeiro, e apontou-se a possibilidade de aumento da qualidade de vida das famílias a partir da adoção dessas ferramentas.

Para tornar a oficina menos cansativa, o conteúdo foi dividido em dois dias, sendo que o local de realização foi o próprio bairro Shopping Park, na estrutura disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. Foram oferecidas 30 vagas, e a divulgação foi realizada de maneira maciça, com entrega de folhetos aos participantes DIST, postagens em redes sociais e afixação de cartazes em pontos estratégicos do bairro. A resposta foi imediata, e as vagas foram preenchidas em apenas dois dias de divulgação.

A proposta de oficina foi combinada com uma dinâmica de conversas, em que todos os participantes são convidados a interagir ativamente com o facilitador (Figura 1). Para aproximar facilitador e participantes, e como se tratava de um grupo relativamente pequeno, todos se

apresentaram, informando o nome, quantas pessoas pertenciam ao seu núcleo familiar e se desenvolvia alguma atividade remunerada. Nesse momento, o facilitador identificou que existiam famílias que percebiam remuneração fixa (salário) e remuneração variável (autônomos), além de outras receitas não contabilizadas, o que motivou uma mudança na didática utilizada.

Figura 1 – Foto da turma durante o primeiro dia do curso.



Fonte: Relatório do projeto (2016).

Mesmo com todo o material já planejado e personalizado para o público do projeto, decidiu-se por dar ênfase no controle das receitas variáveis da família. Essa mudança de metodologia durante a execução do projeto garantiu a implementação de uma relação democrática e interativa da sociedade com a Universidade, que propiciou a troca dos saberes populares e acadêmicos, facilitando a disseminação do conhecimento de forma mais condizente com a realidade.

Diante do exposto, verificou-se que a comunidade atendida não tomava nota de receitas e despesas. Quando foi citado o controle financeiro, o foco do grupo foi apenas nos gastos, despesas. Todavia, foi destacada a necessidade de contabilização de todas as receitas da família. Tanto nas famílias que percebiam renda fixa (assalariados), quanto nas que percebiam receita variável (autônomos), notou-se que diferentes membros desenvolviam atividades remuneradas, de maneira informal, com o intuito de complementar as receitas familiares, e

que essas receitas não eram contabilizadas no montante. Os relatos dos participantes deram conta de que parte significativa do dinheiro que entrava saía de forma descontrolada, sem nenhum tipo de planejamento, principalmente para gastos supérfluos ou prorrogáveis.

Ao final do primeiro dia, foi feito um teste no qual o grupo preencheu, sem nenhum tipo de consulta, uma planilha com as despesas e receitas da família. Uma planilha semelhante foi entregue para que fosse preenchida em casa, junto da família.

No segundo encontro, mostramos as diferenças encontradas nas duas planilhas. No instrumento preenchido em casa, com auxílio de familiares, muitas despesas que antes haviam sido esquecidas foram acrescentadas. Além disso, verificando o valor correto das despesas, notou-se que várias delas eram subestimadas, o que impacta diretamente no resultado mensal. Com isso, evidenciou-se a necessidade de acompanhamento diário das anotações, com valores mais próximos da realidade possível, para que o instrumento fosse fidedigno.

A não contabilização das entradas ou receitas, além de dificultar o planejamento financeiro, também fazia com que as famílias não considerassem essas receitas como alternativas para casos de apertos financeiros maiores. A partir do momento em que todas as receitas foram anotadas, as famílias perceberam que poderiam recorrer a essas fontes de receita financeira alternativas para aumentar seu capital, diminuindo o endividamento e criando, assim, uma situação de folga financeira, com possibilidade de planejamento para organização da vida financeira e, inclusive, aquisição de bens ou serviços que melhorariam a qualidade de vida das famílias.

O próprio grupo, em um momento de discussão, sugeriu que as anotações fossem feitas nos blocos de notas dos celulares, já que parcela significativa da população tem acesso a esses aparelhos. Além do hábito de anotar todas as receitas e despesas, orientou-se que, semanalmente, os membros da família se reunissem para socializar as informações e condensarem todos os dados em apenas uma planilha. Além da participação dos familiares economicamente ativos, falou-se também da inclusão das crianças no planejamento financeiro familiar para que estas possam se tornar adultos financeiramente educados, conscientes da necessidade de planejamento e habituados à gestão financeira.

Outro ponto trabalhado na oficina foi o acesso ao crédito e às melhores formas de se planejar um investimento, além da apresentação de aplicativos gratuitos de controle financeiro pessoal ou familiar.

Apesar de identificada a importância de se fazer o aprofundamento e desenvolvimento em finanças de médio e longo prazo, no momento da oficina, esses temas foram tratados apenas de maneira superficial. Após a realização da oficina, os participantes foram avaliados e, posteriormente, também foram avaliadas quais seriam as possíveis mudanças e transformações na vida da comunidade a partir do projeto. Foi identificado que a oficina municiou o grupo para participar das demais ações de dinamização econômica propostas pelo DIST.

Percebe-se que a metodologia utilizada, com termos e ferramentas acessíveis, facilitou tanto a troca de saberes, quanto a criação de multiplicadores dessa mesma metodologia. A dinâmica da atividade, com participação ativa dos moradores, fez com que o empoderamento gerado pudesse ser replicado tanto em suas famílias, quanto nos grupos sociais em que participam. Os moradores não saíram de lá apenas informados, mas tornaram-se formadores.

Com o intuito de controlar a efetividade da oficina, dois meses após o encerramento, foram realizadas entrevistas com 15 participantes, dos quais, 10 informaram que continuavam utilizando parte dos conhecimentos adquiridos nas suas rotinas diárias, o que demonstra que o projeto conseguiu cumprir a missão extensionista transformadora. Com relação ao restante dos entrevistados, 2 informaram que encontraram dificuldade em motivar a família a participar do controle de receitas e despesas, e os outros 3 disseram que a falta de acompanhamento desmotivou a continuidade na utilização das ferramentas repassadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com a Oficina de Planejamento Financeiro Familiar foram satisfatórios em diversos sentidos. Para a comunidade, o diferencial foi o uso de uma linguagem acessível, que aproximou o saber acadêmico da realidade popular. A metodologia utilizada, associando oficinas à interação ativa dos participantes, diminuiu

a distância entre os moradores do bairro Shopping Park e a Universidade, permitindo que a formação fosse feita de forma efetiva, empoderando o público-alvo e criando multiplicadores do saber repassado. A disseminação dos saberes foi garantida no âmbito das famílias atendidas e comunidade em geral.

O controle realizado posteriormente indicou que há a necessidade de acompanhamento do grupo, para uma maior efetividade das ações. A priori, pensou-se que a oficina poderia ser ministrada uma vez para cada grupo, mas com as respostas ao diagnóstico posterior à realização das atividades, ficou evidenciado que para uma maior abrangência e utilização dos saberes socializados, a realização de reuniões periódicas seria uma ferramenta imprescindível. Foi sugerido pelo grupo gestor do Programa DIST que reuniões mensais fossem realizadas com a comunidade, para retirada de dúvidas, reciclagem e atualização das informações repassadas, além de facilitar na implantação do novo hábito de registrar todas as despesas e receitas, a partir de metas a serem apresentadas nos encontros periódicos.

Para a Universidade, a experiência da oficina reforça a importância da extensão na oxigenação dos saberes acadêmicos, retroalimentando-se com os anseios [e saberes] da população. Apesar da disponibilização da teoria no âmbito da academia ser disseminada, ainda encontra-se dificuldade em aproximar essas teorias à realidade extramuros. Ainda há resistência em adaptar a produção técnico-científica acadêmica à linguagem e forma de aprendizado do público mais vulnerável, dificultando o acesso da população em geral ao que é produzido no âmbito universitário.

Mais uma vez, o saber popular mostra que a necessidade de adaptação às diferentes realidades é uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas universidades, mas que pode ser minimizada caso os princípios da extensão universitária sejam utilizados de maneira indissociável, unindo a pesquisa e o ensino em favor de uma Universidade mais humana, cidadã, justa e democrática.

REFERÊNCIAS

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997. 775 p.

GÜNTHER, M. **Planejamento das finanças pessoais: benefícios e influências na qualidade de vida**. 2008. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional) – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Rio do Sul, 2008.

Submetido em 14 de dezembro de 2017.

Aprovado em 5 de março de 2018.